

**AS VIVÊNCIAS DE PRETENDENTES HABILITADOS EM ESPERA PELA
ADOÇÃO**

THE EXPERIENCES OF ELIGIBLE CANDIDATES AWAITING ADOPTION

João Vitor Ribeiro

Rhana Silva Fonseca Carobelli

Orientadora: Prof.^a Me. Mayara Colleti

RESUMO

O presente estudo, qualitativo, teve como objetivo compreender a vivência de pretendentes habilitados em espera pela adoção, em termos de motivações, expectativas, rede de apoio e participação em grupo de pré-adoção. Participaram oito pretendentes à adoção habilitados no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento com idade média entre 36 a 47 anos. Para a coleta de dados foram utilizados o formulário de dados sociodemográficos e roteiro de entrevista semiestruturada. As entrevistas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas na íntegra para a análise temática. Por meio da análise temático-reflexiva 4 eixos temáticos foram produzidos: (1) Motivações para a adoção; (2) Definição do perfil e expectativas em relação ao filho(s); (3) Processo de habilitação e pós habilitação: percepções e sentimentos e, (4) Experiência com grupos de apoio à adoção. Os resultados indicaram que, embora a impossibilidade de gestação tenha sido relatada por alguns participantes, prevaleceu o desejo intrínseco de exercer a parentalidade. Verificou-se a presença de idealizações acerca do futuro filho, especialmente relacionadas à idade e às condições de saúde, sendo comum a preferência inicial por crianças pequenas. Contudo, a participação em grupos de apoio à adoção mostrou-se fundamental para o amadurecimento das expectativas, possibilitando maior compreensão sobre a complexidade da parentalidade adotiva e ampliação do perfil desejado, constituindo-se assim como espaços potentes para a reflexão, o acolhimento e a preparação subjetiva dos pretendentes, favorecendo vivências adotivas mais conscientes e seguras. Identificou-se, ainda, que o processo de habilitação, apesar de estruturado, pode ser marcado por falhas de comunicação e fragilidades institucionais.

Palavras-chave: adoção; grupos de apoio; habilitação para adoção.

**Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário
Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.**

ABSTRACT

The present qualitative study aimed to understand the experiences of prospective adoptive parents awaiting adoption, focusing on their motivations, expectations, support networks, and participation in pre-adoption groups. Eight prospective adoptive parents, registered and approved in the National Adoption and Foster Care System, aged between 36 and 47 years, participated in the study. Data collection involved a sociodemographic questionnaire and a semi-structured interview guide. The interviews were audio-recorded and subsequently fully transcribed for thematic analysis. Through a thematic-reflective analysis, four thematic axes emerged: (1) Motivations for adoption; (2) Definition of the child's profile and expectations; (3) The habilitation and post-habilitation process: perceptions and feelings; and (4) Experiences with adoption support groups. The results indicated that, although some participants reported infertility as a factor, the predominant motivation was an intrinsic desire for parenthood. Idealizations about the future child were observed, particularly regarding age and health conditions, with a common initial preference for younger children. However, participation in adoption support groups proved fundamental for the maturation of expectations, enabling a deeper understanding of the complexity of adoptive parenthood and broadening the desired child profile. These groups emerged as powerful spaces for reflection, emotional support, and subjective preparation of prospective parents, fostering more conscious and secure adoption experiences. It was also identified that, despite being structured, the habilitation process can be marked by communication failures and institutional fragilities.

Keywords: adoption; support groups; adoption approval process.

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a adoção de crianças e adolescentes no Brasil esteve mais vinculada aos interesses dos adultos do que aos direitos e necessidades das crianças e adolescentes (Costa; Rossetti-Ferreira, 2007). Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, (Brasil, 1990) e, posteriormente, com a Lei nº 12.010/2009 (Brasil, 2009), a prática da adoção passou a ser regulamentada e orientada especificamente em favor da criança e do adolescente.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a adoção é uma medida irrevogável, que possibilita a inserção de uma criança ou adolescente em uma família substituta após a destituição do poder familiar. Esse rompimento só ocorre quando todas as tentativas de reintegração da criança ou do adolescente à família de origem ou extensa se mostram inviáveis (Brasil, 1990).

Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2025 há 33.795 pretendentes à adoção e 5.557 crianças disponíveis. À primeira vista, o número de interessados supera a quantidade de crianças/adolescentes disponíveis, o que levanta a seguinte questão: por que tantas crianças/adolescentes ainda permanecem em instituições de acolhimento? A explicação está na discrepância entre o perfil desejado pelos pretendentes e o perfil das crianças aptas à adoção. A maioria busca crianças pequenas, de até 8 anos, sendo a faixa etária de 2 a 4 anos a mais procurada. Essa seletividade torna-se o principal obstáculo para a adoção de crianças mais velhas e adolescentes, evidenciando o choque entre expectativas e realidade (Peixoto *et al.*, 2019).

Diante desse cenário, torna-se essencial refletir sobre o papel do psicólogo no contexto da adoção. Sua atuação é ampla, em equipe multiprofissional, e envolve diferentes etapas, como a habilitação de pessoas ou casais interessados à adoção; a preparação de crianças e adolescentes; o acompanhamento do período de convivência com a família substituta, além da atuação em situações de entrega legal ou voluntária para adoção e, em casos de devolução.

Para realizar a adoção, os(as) pretendentes devem primeiramente se habilitar por meio de um processo judicial. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2019), esse processo começa com a entrega de documentos para análise pelos profissionais do judiciário. Em seguida, os candidatos passam por uma avaliação psicossocial conduzida por uma equipe técnica composta por assistentes sociais e psicólogos, cujo objetivo é verificar se os pretendentes apresentam condições compatíveis com a natureza dessa medida e o exercício de

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

uma paternidade ou maternidade responsável. Entre os procedimentos utilizados nesse processo, destacam-se:

Entrevistas com os candidatos e pais adotivos, entrevistas de acompanhamento com crianças e/ou adolescentes com perspectivas de serem colocados em lares substitutos, acompanhamento dos genitores que vislumbram a alternativa de entregar o(s) filho(s) para adoção ou que estão em vias de serem destituídos do pátrio poder, aproximação gradual dos pretendentes habilitados com as crianças e/ou adolescentes, assessoria à recém-formada família adotiva durante o estágio de convivência e acompanhamento das famílias adotivas com dificuldades (Paiva, 2004, p. 72).

Além disso, durante o processo de habilitação, os pretendentes participam de programas de preparação oferecidos pelo judiciário, geralmente em formato grupal e sob a orientação dos técnicos. A partir do acompanhamento e da coleta de dados dos pretendentes, são elaborados relatórios encaminhados ao promotor e, posteriormente, ao juiz, que decidirá pelo deferimento ou não da inscrição no cadastro de adotantes (CNJ, 2019). Nesse processo, é essencial que o olhar do psicólogo vá além da dimensão avaliativa, buscando também instrumentalizar e apoiar os sujeitos ou famílias em preparação para a adoção. Afinal, “essas famílias apresentam-se, no momento do pedido por uma adoção, preocupadas, com medo, ansiosas e temendo falhar e, portanto, vulneráveis” (Costa; Campos, 2003, p. 229).

Após a habilitação, os pretendentes são cadastrados no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) e aguardam a chegada dos(as) filhos(as) (CNJ, 2019). O processo de adoção, portanto, é dividido em etapas. A primeira ocorre quando a equipe técnica entra em contato com os habilitados, seguindo a ordem do cadastro no SNA, caso haja uma criança ou adolescente compatível com o perfil definido pelos pretendentes. Se estes se mostrarem dispostos, a criança ou adolescente passa por um preparo para o primeiro encontro. Após a apresentação, inicia-se o período de aproximação, no qual a criança e/ou adolescente desenvolve maior afinidade com a pessoa ou casal, e a família também se aproxima da criança. À medida que os vínculos se consolidam, inicia-se a convivência efetiva no ambiente familiar.

O estágio de convivência tem como objetivo a criação e o desenvolvimento de vínculos entre a criança ou adolescente e a família, com duração de 90 dias, podendo ser prorrogado por igual período. Apenas após essa fase e a aprovação judicial a guarda se torna definitiva (CNJ, 2019). Todo o processo é voltado para a construção e fortalecimento desses vínculos e deve ser acompanhado por profissionais da equipe multiprofissional do poder judiciário e do serviço de acolhimento, incluindo assistentes sociais e psicólogos(as) (Silva *et al.*, 2017).

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

Além do acompanhamento oferecido pelas equipes técnicas, existem espaços grupais que proporcionam preparação e suporte psicológico às famílias. Diferentemente do curso obrigatório do judiciário, que ocorre na fase de habilitação e tem caráter predominantemente informativo, esses grupos são orientados pelas necessidades dos pretendentes, mães e pais adotivos, funcionando como espaços de compartilhamento e discussão sobre questões relacionadas à adoção (Fiorott; Palma; Ecker, 2019).

O trabalho em grupo pode se constituir como um recurso fundamental nesse processo, favorecendo o acolhimento, a vivência do tempo de espera, o enfrentamento das burocracias e o fortalecimento dos vínculos necessários à integração da criança ou adolescente à nova família. Isso porque “o preparo dos pretendentes à adoção envolve a discussão de aspectos psicossociais e jurídicos, culturais, educativos e a reflexão sobre os preconceitos e as discriminações que permeiam o imaginário social” (Sequeira; Stella, 2014, p. 70).

Para os pretendentes, os grupos oferecem escuta qualificada, possibilitam a desconstrução de expectativas irreais e promovem reflexão sobre a chegada de um(a) filho(a). Para mães e pais, especialmente, esses espaços podem fornecer suporte diante das dificuldades no pós-adoção, ajudando a enfrentar crises, angústias e desafios na integração da criança ou adolescente à família. Além disso, permitem a desindividualização das questões comuns aos participantes, evidenciando semelhanças e singularidades nos processos vivenciados (Miranda *et al.*, 2020)

A atuação de psicólogos junto a esses grupos de pretendentes em filas de adoção contribui para legitimar o processo adotivo, investigando motivações, desconstruindo idealizações e promovendo um encontro mais realista entre o desejo dos adotantes e as necessidades do filho adotivo (Sequeira; Stella, 2014). Tal prática dialoga diretamente com o que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente: “a adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos” (Brasil, 1990, p. 20). Nesse sentido, destaca-se a relevância da atuação psicológica como promotora de um espaço de reflexão acerca das motivações que levam indivíduos a adotar, deslocando o foco das expectativas dos pretendentes para as necessidades da criança ou adolescente, configurando-se como espaços potentes de transformação, capazes de fomentar práticas mais conscientes e menos centradas no desejo dos adultos (Sequeira; Stella, 2014).

Diante desse cenário, este estudo teve como objetivo compreender a vivência de pretendentes habilitados em espera pela adoção, em termos de motivações, expectativas, rede de apoio e participação em grupos de apoio pré-adoção.

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

MÉTODO

Trata-se de um estudo de caráter exploratório, descritivo, de corte transversal, amparado na abordagem qualitativa de pesquisa. Sendo conduzido de acordo com as condutas éticas preconizadas na Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Barão de Mauá (CEPBM), nº do parecer 7.555.771, com CAAE nº 86940325.2.0000.5378. Em relação à validade do estudo qualitativo, foram atendidos os itens do protocolo COREQ (*Consolidated Criteria for Reporting Qualitative Research*).

Os participantes do estudo foram escolhidos a partir de critérios de conveniência, sendo contatados por meio das redes pessoais de contato dos pesquisadores e da técnica “bola de neve”, em que participantes incluídos ou relacionados com os pesquisadores indicaram/sugeriram outros eventuais participantes (Vinuto, 2014). Foram convidados a participar deste estudo: pretendentes à adoção, habilitados de acordo com o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) e que participam de grupos de apoio voltados a este público. Não foram aplicados critérios de exclusão relacionados à classe econômica, localização geográfica, raça ou orientação sexual.

Ao final do processo de seleção, a amostra foi composta por oito participantes. Para a coleta de dados, foram utilizados os seguintes instrumentos: (1) formulário de dados sociodemográficos, para caracterizar e obter informações como: idade, escolaridade, ocupação, localização geográfica, tempo pelo qual o participante se encontra habilitado a adoção e situação conjugal; (2) roteiro de entrevista semiestruturada, tendo como objetivo: realizar uma análise minuciosa das experiências vivenciadas pelos entrevistados; (3) diário de campo, que consiste em registros complementares das experiências e percepções dos fatos que ocorreram durante a coleta de dados, capturando nuances, contextos e insights que poderiam se perder posteriormente.

De acordo com a disponibilidade dos participantes, estabeleceu-se a data e horário dos encontros que tiveram uma duração variável entre uma e duas horas. Os dados foram obtidos entre maio e julho de 2025, sendo que todos os encontros foram realizados de forma remota, através de videochamadas. Antes de iniciar a coleta de dados, foi esclarecido aos participantes sobre os objetivos e natureza da pesquisa e, após concordarem, receberam uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) de maneira digital.

A sequência de aplicação dos instrumentos utilizados foi: Formulário de Dados Sociodemográficos e roteiro de entrevista semiestruturado. A aplicação dos instrumentos foi

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

audiogravada frente ao consentimento dos participantes. Além disso, os registros foram transcritos na íntegra para posterior análise.

Os registros audiogravados, juntamente com o diário de campo, compuseram o *corpus* analítico. Por meio da análise temático-reflexiva 4 eixos temáticos foram produzidos: (1) Motivações para a adoção; (2) Definição do perfil e expectativas em relação ao filho(s); (3) Processo de habilitação e pós habilitação: percepções e sentimentos e, (4) Experiência com grupos de apoio à adoção. Por fim, a interpretação e o tratamento dos resultados foram analisados criticamente à luz da literatura disponível sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do presente estudo serão apresentados em duas partes: primeiramente será realizada a caracterização dos participantes em termos de nome fictício, idade, cor, escolaridade, profissão, situação conjugal, tempo de habilitação, perfil de criança/adolescente desejado, tempo de participação em grupo de apoio à adoção, compondo, assim, um eixo descritivo. Posteriormente, serão apresentadas as análises conjuntas das falas dos oito participantes, de forma a expor os temas produzidos no processo analítico. A Tabela 1, a seguir, sumariza as principais informações sobre os participantes.

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

Tabela 1 – Caracterização dos participantes

Nome	Idade	Cor	Escolaridade	Profissão	Estado Civil	Tempo de Habilitação	Perfil de Criança/ Adolescente desejado	Participação em grupo de apoio à adoção
Bianca	36	Branca	Ensino Superior Completo	Ilustradora	Casada	2 meses	Duas crianças, de 0 a 8 anos, independe de gênero e cor.	11 meses
Carlos	36	Pardo	Ensino Superior Completo	Arquiteto Paisagista	Solteiro	1 ano	Um ou dois meninos de 0 a 5 anos, independe de cor.	1 ano e 6 meses
Fernanda	40	Branca	Ensino Superior Completo	Professora	União estável com Carla	5 anos	Uma ou duas meninas, de 0 a 5 anos, independe de cor.	10 anos
Carla	39	Preta	Ensino Superior Completo	Publicitária	União estável com Fernanda	5 anos	Uma ou duas meninas, de 0 a 5 anos, independe de cor.	3 anos
Célia	45	Branca	Pós-graduação Completa	Secretária Executiva	Casada	2 anos e 1 mês	Uma ou duas meninas de 0 a 8 anos, independe de cor.	3 anos
Luiz	36	Branco	Ensino Superior Completo	Engenheiro	Casado com Pedro	2 meses	Uma criança, de 0 a 3 anos, branca ou parda, independe de gênero.	9 meses
Pedro	36	Branco	Ensino Superior completo	Arquiteto	Casado com Luiz	2 meses	Uma criança, de 0 a 3 anos, branca ou parda, independe de gênero.	9 meses
Beatriz	47	Parda	Pós-graduação Completa	Engenheira Eletricista	Divorciada	1 ano e 6 meses	Uma criança, de 0 a 7 anos, independe de gênero e cor.	2 anos e 6 meses

Fonte: Autoria própria

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

Ressalta-se que os nomes utilizados são fictícios, garantindo o sigilo e a confidencialidade das informações fornecidas. A caracterização dos participantes revelou que, quanto à cor/raça, cinco participantes se identificaram como brancos, dois como pardos e um como preto, com idades variando entre 36 e 47 anos.

No que diz respeito à escolaridade, todos possuem ensino superior completo, sendo que dois concluíram cursos de pós-graduação. Em relação ao estado civil, quatro participantes são casados, dois vivem em união estável, um é solteiro e um divorciado. Destaca-se a presença de dois casais na amostra: Luiz é casado com Pedro, e Carla vive em união estável com Fernanda.

O tempo de habilitação para adoção entre os participantes variou de 2 meses a 5 anos. Já o período de participação em grupos de apoio à adoção variou de 9 meses a 10 anos. Quanto à localização geográfica, seis participantes residem no interior do estado de São Paulo e dois na capital.

Motivações para a adoção

A decisão de adotar envolve um conjunto complexo de motivações subjetivas, sociais e relacionais, que se articulam às expectativas projetadas sobre a chegada de um novo membro à família. Nesse sentido, compreender as razões que levam à adoção e as perspectivas de mudança na dinâmica familiar são fundamentais para analisar como cada família elabora significados, reorganiza papéis e constrói vínculos afetivos ao longo do processo. Estudos na área da psicologia mostram que, ao mesmo tempo em que a adoção pode ser percebida como uma oportunidade de realização parental e de ampliação das relações afetivas, ela também mobiliza desafios relacionados à adaptação, à negociação de lugares e à integração de histórias pregressas. Assim, investigar as motivações que sustentam o desejo de adotar e as expectativas sobre a transformação familiar possibilita compreender tanto os potenciais quanto as tensões que emergem na constituição de novas configurações familiares por meio da adoção (Marques *et al.*, 2025).

As motivações para a adoção apresentadas pelos participantes foram diversas e estão entrelaçadas a aspectos afetivos, simbólicos, relacionais e sociais. Embora, muitos participantes tenham relatado impossibilidades de gestar por vias naturais, apontando assim para a possibilidade da prática da adoção, de modo geral, notou-se a manifestação de um desejo intrínseco de exercer a parentalidade. A participante Célia (45 anos) expressou: “desde pequena eu falava para minha mãe, meu pai e minha irmã a vontade que eu tinha de ter uma filha, mas

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

queria adotar.”, revelando assim um desejo afetivo em se tornar mãe pela via da adoção. De modo semelhante, Beatriz (47 anos) relatou: “Sempre me senti impelida a essa possibilidade. Então foi o que me motivou, o fato de eu querer ser mãe por adoção e sempre ter me visto dessa forma.”

Compreende-se os desejos subjetivos e intrínsecos manifestados pelos pretendentes à adoção como um ponto de partida para se trabalhar as expectativas e idealizações que podem emergir dessa motivação inicial, muitas vezes pouco amadurecida. Nessa perspectiva, Sequeira e Stella (2014), enfatizam a necessidade de adoções menos centradas no desejo dos adotantes, destacando que o processo requer um amadurecimento emocional que ultrapasse a dimensão do eu e seja direcionado para a compreensão do outro.

Os dados obtidos nas entrevistas evidenciaram que a compreensão do percurso da adoção não está restrita somente ao cumprimento de etapas burocráticas e legais, mas se revela como uma jornada que envolve o amadurecimento de expectativas e idealizações a partir de movimentos que exigem flexibilização dos adotantes. Sendo assim, Costa e Campos (2003), afirmam que a atuação do psicólogo não deve se limitar a função avaliativa junto aos aspectos jurídicos, mas deve se ater a trabalhar enfaticamente nos grupos de preparação para a adoção, aspectos subjetivos, psicológicos, emocionais e sociais que influenciam o processo adotivo manifestados por meio de idealizações e expectativas fantasiosas. Nesse sentido, Carlos (36 anos) relatou: "Eu romantizei por muito tempo. Aí eu fiz um curso sobre parentalidade na adoção, que mostra totalmente o oposto disso. Que ele coloca os nossos pés no chão. Foi um choque pra mim". Dessa forma, as movimentações e transformações que ocorrem ao longo do processo de preparação, possibilitam o desenvolvimento da flexibilização e abertura para o encontro do pretendente com a criança real, ao invés da idealizada.

Segundo Costa e Rossetti-Ferreira (2007), historicamente o processo de adoção priorizava os interesses dos adotantes, sem considerar o olhar para a criança ou adolescente que viria a ser adotado enquanto um sujeito que também possui a sua própria subjetividade, desejos, expectativas e idealizações. Corroborando essa compreensão, Carla (39 anos), relatou: “A adoção para muitas famílias já entra como um plano B e isso é muito problemático. Porque a criança já entra substituindo uma criança.”. Nesse contexto, a adoção, quando concebida como "plano B", torna-se inerentemente vulnerável a uma série de expectativas idealizadas de que a criança possa corresponder a um modelo pré-concebido e inicialmente idealizado. Tal perspectiva, aponta para o risco de uma possível devolução futura decorrente do desencontro entre expectativas e realidade (Rossato; Falcke, 2017). Essa compreensão distorce o sentido

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

ético e jurídico da adoção, pois tende a se tornar um meio para a realização de desejos pessoais em vez de uma medida de proteção que priorize o bem-estar da criança. Nessa direção, Sequeira e Stella (2014) destacam que cabe ao psicólogo atuar de modo reflexivo e crítico, a fim de reconhecer motivações legítimas para a adoção e auxiliar os pretendentes a elaborarem suas expectativas e idealizações que submergem dessas motivações iniciais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), preconiza que os interesses da criança devem ser priorizados dentro do processo adotivo. Assim, convém ao psicólogo, enquanto profissional atuante na causa da adoção em termos jurídicos, investigar com profundidade as motivações que implicam os pretendentes a adotar, a fim de garantir que as motivações para adoção sejam legítimas. Além disso, ressalta-se a importância da desconstrução de idealizações exacerbadas que se fundamentam puramente no hedonismo, a fim de garantir que a adoção beneficie o adotando e não seja reduzida a uma mera satisfação de desejos intrínsecos dos adotantes ou a perspectivas assistencialistas (Araújo; Faro, 2017). A fala de Célia (45 anos), reflete essa compreensão, ao desvincular a adoção de um ato de caridade, apontando para motivos legítimos que a levaram a adotar: “Eu sempre quis ser mãe [...] eu sei que adoção não é caridade [...] nós nascemos para sermos pais por essa via.” Na mesma perspectiva, a fala de Beatriz (47 anos), evidencia o desejo de que o processo adotivo venha a ser satisfatório para o adotando: “Eu não tenho mais expectativas de que a criança seja XYZ, desse jeito. Ela vai ser do jeito que ela é. O meu papel é ajudar na caminhada, para a pessoa se descobrir e seguir o caminho dela”.

Diante das falas expostas, compreende-se a importância da ampliação de perspectivas nos processos de adoção, que não devem estar centralizadas aos interesses dos pretendentes, mas priorizar, sobretudo, as necessidades da criança ou adolescente (Costa; Rossetti-Ferreira, 2007). O desejo de exercer a parentalidade associado ao período de espera em filas de adoção, tende a ser um período marcado por eventos precipitantes que podem gerar intensas frustrações no contato com a criança real, devido a projeção exacerbada de idealizações a respeito do futuro filho. Tais projeções decorrem de fatores predisponentes, entre os quais se destaca a possibilidade de escolha do perfil da criança a ser adotada. Compreende-se, portanto, os riscos associados ao preenchimento da ficha acerca do perfil do adotando como uma forma de realização daquilo que foi projetado (Schwochow; Almeida; Frizzo, 2020).

A fala de Carlos (36 anos), reflete essas idealizações projetadas: “Tudo que eu sempre quis, Deus preparou muito certinho [...] Tem chance de eu me frustrar muito se o meu filho não for como eu quero que ele seja [...] que seja estudioso, que seja um menino incrível,

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

que tenha notas excelentes, que goste de estudar, que ao invés de usar o celular, que ele pretenda ler livros”. A fala em questão, reforça o que Sequeira e Stella (2014) enfatizam a respeito da importância da reconfiguração dos desejos iniciais, promovendo a transição do campo das idealizações para a realidade.

Desse modo, os resultados obtidos nas entrevistas corroboram para a magnitude da participação de adotantes em grupos de pretendentes à adoção, a fim de amadurecer motivações iniciais pouco amadurecidas, fantasias, projeções, expectativas e idealizações centradas na perspectiva do adotando dentro do processo adotivo no que se refere a definição do perfil da criança. Além disso, evidencia-se o papel do psicólogo como um profissional com potencial crítico, reflexivo e sensível, capaz de atuar como um mediador desse processo de amadurecimento, facilitando a adequação das expectativas a realidade da criança.

Definição do perfil e expectativas em relação ao filho(s)

Embora as motivações para a adoção estejam diretamente relacionadas a aspectos subjetivos e afetivos, é importante reconhecer os impactos de fatores externos que também podem exercer influências significativas na definição do perfil desejado pelos pretendentes. Tais fatores refletem construções sociais, culturais e simbólicas, que de certo modo, seja consciente ou inconscientemente, acabam orientando as escolhas dentro do processo adotivo. Nesse sentido, dentre esses aspectos, destaca-se o preconceito socialmente enraizado no imaginário social, que atravessa tomadas de decisões dentro do processo de adoção, despertando preocupações quanto à inserção da criança em determinado contexto social (Martos *et al.*, 2025). Os relatos de Pedro (36 anos) evidenciaram isto:

Por exemplo de raça, a gente sabe que o nosso filho já vai carregar um monte de estigmas, por ser filho de dois pais, a gente falou: não vou conseguir lidar com o preconceito de uma criança preta, por exemplo. Então, a gente foi pensando dessa forma para selecionar o nosso perfil

Eu desconstruí um pouco sobre essa expectativa [...] quando a gente foi selecionando o perfil, porque a gente tinha colocado um perfil de criança branca e a gente tinha um conceito totalmente errado sobre crianças pardas, por exemplo, crianças indígenas. A nossa expectativa era muito errada, falta de conhecimento, digamos.

Mediante as múltiplas camadas de vulnerabilidade social apresentadas, observa-se o receio do participante em realizar uma adoção interracial que emerge do anseio de proteger o futuro filho de mais situações de discriminação. Esta atitude reflete uma postura que está sob a influência de implicações sociais. Desse modo, tais preocupações e receios enfatizam a importância do envolvimento dos futuros pais em grupos de pretendentes à adoção, uma vez

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

que os grupos são espaços em potenciais para discussões relevantes que permeiam a realidade da adoção, além disso reforça-se que o psicólogo, enquanto mediador do grupo, enfatize a necessidade de discutir temas relacionados à diversidade e preconceito, a fim de possibilitar aos pretendentes um espaço de elaboração de angústias e amparo diante das adversidades (Sequeira; Stella, 2014).

A partir da análise dos dados, observou-se que os pretendentes à adoção iniciaram o processo de habilitação com um perfil traçado e idealizado, dando ênfase a categoria referente a idade da criança a ser adotada. Em geral, a idade desejada variou de 0 a 8 anos, o que revela a expectativa de vivenciar as fases iniciais do desenvolvimento infantil. Desse modo, os dados obtidos corroboram de forma coerente com o conteúdo retratado na literatura, pois segundo Peixoto *et al.* (2019), há uma preferência majoritária de pretendes em filas de adoção, por crianças mais novas. Sendo assim, o processo de espera em filas de adoção, pode ser angustiante para muitos pretendentes, pois analogamente a uma gestação natural que dura em média de 38 a 40 semanas, a gestação pela via da adoção, em decorrência dos padrões de perfis idealizados e preteridos, não dialoga com a disponibilidade de crianças a adoção, resultando em uma “gestação” que se estende por tempo indeterminado.

Embora os dados apresentados apontem para uma desejabilidade em relação a crianças de 0 a 8 anos, se faz necessário ressaltar o processo de mudança vivenciado pelos participantes através dos grupos de pretendentes à adoção, que os aproximam da realidade adotiva e a desconstrução de estigmas e fantasias, levando a ampliação da idade inicialmente desejada. Fernanda (40 anos) relatou: “A gente entrou com aquela ideia de que a maioria dos pretendentes quer de zero a quatro anos, mas o grupo foi muito importante para nos fazer pensar que também há primeiras fases em outras idades”. A fala retrata a potencialidade dos grupos de pretendentes à adoção como um espaço de reflexão e desconstrução de concepções que muitas vezes impedem os participantes de ampliarem o perfil da criança a ser adotada (Peixoto *et al.*, 2019).

Além disso, outro aspecto encontrado no discurso dos participantes, corresponde a escolha do perfil de crianças e adolescentes com deficiências ou doenças. O participante Pedro (36 anos) relatou: “No início eu não entendia muito sobre a parte de doenças, dificuldades intelectuais, psicossociais, a gente nem sabia o que era aquilo que a gente estava preenchendo, fomos com base no que a gente achava que fosse”. Mediante as expectativas e idealizações sobre um futuro filho, muitos pretendentes inicialmente não optam ou pensam a respeito da adoção de crianças e adolescentes atravessadas por doenças.

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

A definição do perfil pode ser influenciada por fatores atrelados as vivências dos pretendentes, como também condutas estabelecidas por cada comarca. A prática de equipes técnicas do judiciário na contextualização sobre os perfis reais de crianças e adolescentes institucionalizados, pode propiciar a adoção de crianças e adolescentes com doenças, pois o contexto de acolhimento de crianças e adolescentes com deficiência é marcado previamente por dinâmicas familiares vulneráveis ou negligentes em relação as especificidades do cuidado. Ademais, os pretendentes precisam estar conscientes sobre as mudanças e reestruturações na dinâmica familiar frente a acessibilidade e inclusão de crianças e adolescentes com doenças a um novo contexto. A articulação com a rede de apoio: escola, família extensa, grupo de apoio a adoção e equipes técnicas, é primordial na promoção de qualidade de vida, não apenas para criança, mas também ao núcleo familiar (Borges; Scorsolini-Comin, 2020).

Observa-se que a manifestação dos estigmas no processo de adoção não se restringe apenas aos pretendentes, mas também podem estar enraizadas no interior de suas famílias, emergindo nas interações familiares. Bianca (36 anos) relata a fala de um familiar direcionada a ela: “Ah, mas vocês vão pegar, uma criança grande, meu Deus do céu, como vai ser isso?”. A fala citada evidencia concepções internalizadas no imaginário social que fortalecem estigmas relacionados à idade da criança conforme destaca Peixoto *et al.* (2019). Assim, muitas famílias tendem a acreditar que crianças menores seriam facilmente moldáveis à dinâmica familiar e, portanto, mais aptas ao convívio. Além do mais, os estigmas não se restringem somente a idade, mas abarca outras dimensões, como sugere a fala de Bianca (36 anos): “O meu pai nunca gostou muito, né? Aquela coisa de: ah, não vai ser meu neto de verdade?”.

As falas retratadas, revelam que o processo de adoção não impacta apenas os pretendentes, mas se estende a toda a rede de apoio, geralmente composta por familiares e amigos, exigindo adaptação, flexibilidade e abertura. Trata-se, portanto, de um tema relevante que requer manejo adequado por parte do psicólogo, enquanto mediador em grupos de pretendentes à adoção, compreendendo o espaço grupal como um ambiente rico em potencial para oportunizar reflexões que auxiliem no processo de adaptação do adotando (Fioretti *et al.*, 2019).

Compreende-se que as famílias já possuem o seu funcionamento próprio, entretanto, com a chegada de um ou mais novos integrantes, manifesta-se a necessidade de reorganização da dinâmica familiar. Nesse contexto, o estágio de convivência com a família é acompanhado por uma equipe multiprofissional que faz parte do poder judiciário, dentre os profissionais destaca-se a presença do psicólogo como um facilitador deste processo, visando

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

contribuir para o fortalecimento do vínculo entre adotado e adotante. Embora o fórum ofereça suporte a nível multiprofissional, esse apoio pode, em alguns momentos, se revelar insuficiente, resultando em sentimentos de solidão e angústia por parte dos pretendentes durante o período de preparação (Silva *et al.*, 2017). Dessa forma, a rede de apoio destaca-se como um critério indispensável no processo de adoção, se configurando como um fator de proteção ao longo de todos os desafios desse processo. Por outro lado, observa-se o impacto ocasionado pela ausência da rede de apoio, que pode contribuir para a fragilização emocional dos adotantes mediante as angústias inerentes a espera. O participante Pedro (36 anos), descreve não ter revelado a sua família que está habilitado à adoção, frente a possibilidade de não receber o devido apoio a sua decisão, além disso, a participante Beatriz (47 anos) compartilha sua percepção sobre a rede de apoio como um aspecto necessário sobre o que implica a vivência de pretendentes:

Eu estou tratando isso em terapia [...] eu quero e eu conto com a minha sogra, eu não quero a minha mãe [...] eu tenho um relacionamento mais difícil com a minha mãe. No momento que eu falar abertamente: 'mãe, pai, estamos para adotar', eu vou ouvir algumas coisas que eu não quero ouvir, pelo menos não agora. (Pedro, 36 anos).

A responsabilidade é totalmente minha, mas agradeço se alguém me der uma ajuda né? E precisa, todo mundo precisa dessa rede de apoio (Beatriz, 47 anos).

Sendo assim, a ausência ou presença da rede de apoio se configuram como fator significativo, evidenciando a relevância do olhar ampliado do psicólogo, que vai além da dimensão avaliativa, atuando como um profissional capaz de promover sustentação emocional ao longo de todo o processo adotivo. O psicólogo contribui para o fortalecimento da rede de apoio, perante a sua atuação em grupos de apoio à adoção: acolhendo expectativas e inseguranças, colaborando na construção de vínculos afetivos saudáveis, oportunizando vivências mais conscientes e flexíveis (Costa; Campos, 2013).

Processo de habilitação e pós habilitação: percepções e sentimentos

No que compete o processo de habilitação para adoção, o artigo 197-C do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelece que as equipes interdisciplinares de serviços de infância e juventude deverão elaborar estudos psicossociais, contendo subsídios necessários para determinar a capacidade e o preparo de pretendentes para o exercício da parentalidade (Brasil, 1990). De acordo com Oliveira e Bueno (2024) após a realização do cadastro no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, os pretendentes devem buscar fóruns ou Varas da Infância e Juventude, portando as documentações solicitadas para petição inicial: abertura do processo. Entretanto, em alguns casos, mediante a ausência de uma estrutura adequada: recursos

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

e profissionais capacitados, a informação e comunicação estabelecidas nesses espaços podem ser comprometidas, resultando em processos marcados por morosidade, dificultando a garantia do direito fundamental de convivência familiar a crianças e adolescentes.

As falas de Carlos (36 anos), Carla (39 anos) e Beatriz (47 anos), apresentaram percepções de que o processo de habilitação e suas etapas são simples de serem compreendidos, porém, a comunicação e transmissão de informações realizadas pelos profissionais de Varas de infância e Juventude, são aspectos que precisam ser melhorados.

Aqui tem uma troca de desinformação muito grande [...] eles me pediram para ir à Vara da Infância e da Juventude. Eu fui, cheguei lá e eles me disseram: pega esses documentos e traz para mim. Aí eu voltei, demorei duas semanas para juntar a documentação toda, voltei para lá, entreguei para eles. Aí ele falou: não, não é para mim que você entrega. (Carlos, 36 anos)

Eu acho que o que poderia melhorar de outros aspectos é a comunicação e informação [...] é simples, não é um processo burocrático, pode ser demorado, porque a quantidade de pessoas que querem um bebê como a gente, que ficou cinco anos na fila, é grande. Não tem essa quantidade toda de bebês para todos os pretendentes. (Carla, 39 anos)

Meu processo demorou mais de um ano por causa de um atraso de uma pessoa, é verdade. Eu fiz o curso, fiz as entrevistas, perdi uns quatro, cinco meses com esse atraso, e foi homologado em março do ano passado. A pessoa não abriu o anexo do meu e-mail. Nossa, e é uma coisa simples, vamos dizer assim [...] Não parou para analisar, dar uma olhada. Eu acho que é um erro extremamente grave que tem acontecido. (Beatriz, 47 anos)

Sobre o processo de avaliação psicossocial de pretendentes a adoção, diversos instrumentos e métodos podem ser utilizados como: entrevistas individuais ou conjuntas, visitas domiciliares, uso de testes projetivos e discussão com a equipe técnica (Chaves; Silva; Frizzo, 2020). Cabe a prática de profissionais da psicologia e serviço social explorar a compreensão das idealizações dos pretendentes, flexibilização sobre o perfil, como também investigar o lugar que a criança ou adolescente irá ocupar na dinâmica familiar desses sujeitos. Dentre o que se espera da atuação de profissionais, se destaca uma escuta continente, compromisso ético e o cumprimento da Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009, que dispõe sobre a adoção. Uma conduta assertiva contribui para a qualidade e agilidade de processos de adoção, além de diminuir o número de adoções ilegais (Cecílio; Scorsolini-Comin, 2018).

A participante Bianca (36 anos) descreve sua experiência em relação a comarca que contempla a região de sua cidade, havendo um sentimento de insegurança sobre a falta de respaldo da equipe técnica responsável pelo estudo psicossocial de pretendentes, já Célia (45 anos), fala sobre a entrevista inicial, descrevendo esse procedimento como descontextualizado

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

ao que se faz necessário a princípio para instrumentalizar pretendentes sobre a realidade da adoção e ao preenchimento do formulário para a definição do perfil da criança ou adolescente:

Eles deveriam ser o nosso ponto seguro, né, nesse equilíbrio, porque a jornada toda é bastante custosa para a gente. E eles não são, a gente não se sente seguro em nenhum momento, então eu acho isso, acho que falta bastante preparo nesse sentido. (Bianca, 36 anos)

O processo de habilitação eu acho que é muito vago. A primeira entrevista é como nós aqui, vários casais, e aí o psicólogo fez algumas questões e quem quisesse responder erguia a mão, respondia, e eu acho que assim, umas perguntas que tipo, nada a ver sabe, para o início de uma adoção. O ideal eu acho que eles teriam que chamar pessoalmente, explicar o questionário para a pessoa ir para casa pensar se realmente é isso que quer, e passar a realidade das crianças que estão para a adoção. (Célia, 45 anos)

No que diz respeito as entrevistas e visitas domiciliares realizadas individualmente ou com casais de pretendentes, o enfoque está em avaliar a dinâmica familiar, a comunicação estabelecida entre essa rede de vínculos, planos para o futuro e papéis de liderança. Durante estes procedimentos, se oportuniza também entrevistar filhos e rede de apoio no qual residem junto a esses pretendentes, como forma de contextualizar as vivências de pretendentes a adoção (Cavalcante; Neto; Lopes, 2020). O casal Luiz (36 anos) e Pedro (36 anos) relataram a sensação de conforto ao receberem em seu domicílio a equipe técnica da comarca de sua cidade, além de sinalizarem esse procedimento como um momento de humanização no processo:

A gente fez entrevistas no fórum: Individuais, juntos e depois uma final em casa. E aí nesses momentos eu acho que realmente ali foi muito, muito bom. [...] Porque aquilo que a gente não compreendeu no curso inicial, que não foi muito longo, que a gente não sabia muito pelo que a gente já tinha ali estudado, elas terminaram de fechar o conteúdo que faltava sobre adoção. (Luiz, 36 anos)

A gente se sentiu mais confortável porque foi uma coisa mais humanizada, mais direta. Pelo fato de elas terem vindo aqui, a gente preparou um café, tomamos um café juntos, então isso foi muito legal. (Pedro, 36 anos)

Ao final de estudos psicossociais de pretendentes a adoção, a equipe técnica, psicólogos e assistentes sociais, elaboram laudos que auxiliam no processo de tomada de decisão do juiz sobre a condição de pretendentes estarem ou não habilitados para a adoção. De acordo com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (2022, p. 39): “A escrita, portanto, deve ter lastro e leveza, isto é, deve ter embasamento teórico e, ao mesmo tempo, permitir que um leitor não versado em psicologia consiga compreender aquilo que o laudo pretende comunicar”.

O participante Carlos (36 anos) através de sua fala, compartilha a experiência ao ter acesso ao laudo correspondente ao seu processo de habilitação anexado no site do Tribunal de Justiça: “ eles escreveram umas coisas fantásticas que eu me senti muito foda [...] que eu

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

estava preparadíssimo para ser pai, que eu tenho ciência de todas as falhas da minha infância, que eu tenho uma clareza imensa e faço de tudo para tentar não repeti-los”. Essa fala evidencia que a elaboração do laudo pode significar um fator de transformação para a realidade de pretendentes, pois:

Destaque-se que nos casos em que os profissionais (psicólogo/a e assistente social) compreendem que os pretendentes não possuem condições para constituir família por adoção, devem apresentar documento conclusivo e fundamentado, explicitando o que foi verificado nas intervenções. Cabe pontuar que há situações em que é observado que os interessados não estão aptos no momento, mas que podem amadurecer o projeto adotivo até reunir condições para concretizar a adoção. (Cavalcante; Neto; Lopes, 2020, p. 99)

Dessa forma, é de suma importância que os profissionais presentes em equipes técnicas multidisciplinares de Varas da infância e juventude estejam capacitados e inclusos em uma educação permanente. A atuação de profissionais de psicologia acontece desde a preparação psicossocial de pretendentes até o acompanhamento de processos de adoção, evidenciando que a prática perpassa o cunho avaliativo, mediante ao acolhimento da subjetividade de pretendentes, orientações, ressignificação de ideias e oferecendo o suporte emocional necessário em todas as etapas (Cavalcante; Neto; Lopes, 2020).

Experiência com grupos de apoio à adoção

As experiências em grupos de apoio a adoção desempenham um papel fundamental no processo de preparação e acompanhamento de pretendentes. Em relação a adoção no Brasil, a Associação Nacional de Grupos de Apoio para Adoção (ANGAAD) é responsável por representar grupos de apoio a adoção em articulação com os Órgãos Governamentais e as entidades da Sociedade Civil (ANGAAD, 2019).

É através da convivência em grupos de apoio a adoção, que pretendentes conseguem trocar experiências com pessoas que estejam passando por situações semelhantes: angústia pela imprevisibilidade do tempo de espera e ao perfil da criança ou adolescente. Em razão disso, a identificação entre os participantes, propicia sentimentos de compreensão, confiança e pertencimento. Os conhecimentos e vínculos construídos a partir das vivências em grupos de apoio permitem que os pretendentes consigam ter uma percepção ampla sobre sua vivência, sendo de grande potencial para o fortalecimento da possibilidade de adotar (Bortolatto; Loos; Delvan, 2016).

Os discursos trazidos pelos participantes Bianca (36 anos), Pedro (36 anos) e Luiz (36 anos), evidenciaram sua percepção do grupo de apoio a adoção como um espaço de

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

identificação, gerando sentimentos de segurança e conforto para os pretendentes habilitados, propiciando a desindividualização de suas demandas e o fortalecimento no que diz respeito aos desafios da adoção.

Quando a gente fala que vai adotar, ainda mais quando é adoção tardia, as pessoas vêm com um monte de pedrada, e o grupo, ele dá segurança porque ali a gente vê, que a gente não é o único que quer ter um grupo de irmãos, a gente não é o único que quer ter uma criança mais velha, então a gente se sente seguro, porque a gente não é o primeiro nem o último. (Bianca, 36 anos)

Para nós está sendo um divisor de águas, porque é tanta informação que a gente está colhendo, é a vivência. Eu pelo menos, eu quero ter mais contato com quem já adotou, igual esse casal de sábado. Gente, aquilo para mim foi uma delícia, eu ouvi o problema deles, o pai chorando por não saber o que fazer, mas eu preciso saber disso justamente para isso me deixar mais forte, para eu saber: todo mundo passa por isso. (Pedro, 36 anos)

E aí eu vi aquele tanto de gente, metade da sala dos casais eram casais gays e lésbicas e eu falei assim... E aí isso me deu um pouco mais de conforto [...] E saber que tem pessoas ali no grupo que já estão passando por coisas, eu acho que isso me trouxe um pouco mais de acalento. (Luiz, 36 anos)

Além disso, é no campo grupal, que os pretendes conseguem construir e fortalecer suas redes de apoio através da convivência que é estabelecida entre participantes. O suporte e apoio social preconizados em grupos de apoio à adoção, são fundamentais para pretendentes no enfrentamento de angústias, preocupações e espera pela adoção.

De acordo com Schmitt (2022), ao proporcionar através de grupos de apoio, espaços que favoreçam redes de apoio contínuas e acolhedoras para pretendentes e famílias adotivas, concomitantemente resulta-se no preparo e garantia de vínculos familiares fortalecidos para crianças e adolescentes disponíveis para a adoção. Assim, garantindo o que é previsto no artigo 29º do Estatuto da Criança e do Adolescente: Não poderá acontecer a colocação em famílias substitutas, quando a pessoa se revelar como alguém pelo qual não seja compatível com o caráter da medida ou que não ofereça um ambiente familiar adequado (Brasil, 1990).

As participantes Célia (45 anos) e Fernanda (40 anos) demonstraram em suas falas a maneira em que o grupo de apoio à adoção oportunizou a criação de vínculos e redes de apoio, sendo esse suporte, um fator de suma importância na vivência de pretendentes habilitados e para quem já adotou, no que corresponde ao exercício da parentalidade:

A minha vivência no grupo, eu falo que eles estão sendo uma segunda família para nós, a convivência ali. Porque é ali que eles acabam falando algumas coisas, os pais que já estão com as crianças, falam assim: “olha, já aconteceu isso com a minha filha, vocês não vão assustar, porque às vezes elas vão querer provocar vocês até o último, até você perder a paciência, para ver o que vocês vão fazer” (Célia, 45 anos)

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

Então, eu acho que é um ambiente, sim, que a gente acaba fazendo amizades né? Mesmo que a troca seja mais básica, como eu falei, de informações mais técnicas. (Fernanda, 40 anos)

Experiências com grupos heterogêneos foram trazidas por um dos participantes. Bianca (36 anos) relatou que encontros entre pessoas que estão passando pelo processo de habilitação, pretendentes habilitados e pessoas que já adotaram, contribuem para multiplicidade de contextos presentes em torno da adoção. O espaço grupal auxilia seus participantes na ressignificação da vivência de processos de adoção, ativa mudança, fomenta reflexões, que resultam na desconstrução de expectativas e crenças fantasiosas sobre a adoção, promovendo também a construção e reconstrução da realidade (Scorsolini-Comin; Amato; Santos, 2006).

Algumas reuniões são só para pretendentes, outras reuniões são para pós e pré e essas reuniões que juntam quem é do pós, são muito ricas para a gente, porque a gente tem muitas dúvidas, a gente tem muitos sonhos, né? A gente fica naquela expectativa, e eles vêm com a realidade. E aí eles trazem: então, sabe aquele sonho seu? Não é bem assim, é assim. E aí a gente começa a entender qual é o nosso lugar nesse negócio todo sabe? (Bianca, 36 anos)

Desse modo, processos grupais são imprescindíveis para a emancipação e empoderamento de pretendentes habilitados para adoção, levando em consideração a mediação profissional realizada por psicólogos e assistentes sociais nesse campo, como também a convivência com outros pretendentes e famílias substitutas. O grupo se mostra como um recurso facilitador e colaborativo a Varas da infância e juventude no acompanhamento de processos de habilitação e adoção (Silva *et al.*, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou compreender a vivência de pretendentes habilitados em espera pela adoção, evidenciando que o processo adotivo envolve dimensões subjetivas, afetivas, sociais e institucionais que se entrelaçam de maneira complexa ao longo do percurso. Observou-se que, embora o desejo de exercer a parentalidade se constitua como motivação central, o caminho até a chegada do filho é marcado por expectativas, idealizações e desafios que demandam elaboração emocional e flexibilidade por parte dos pretendentes. Nesse sentido, a definição do perfil da criança e o enfrentamento da espera se mostraram momentos sensíveis do processo, frequentemente tensionados por estigmas sociais e pela discrepância entre o filho idealizado e o filho real.

A análise revelou ainda que a rede de apoio desempenha papel fundamental para a sustentação emocional dos pretendentes, podendo fortalecer ou fragilizar o projeto adotivo, a depender da qualidade dos vínculos estabelecidos. Destaca-se, de modo especial, a importância

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

dos grupos de apoio à adoção, que se configuraram como espaços privilegiados de acolhimento, troca de experiências, elaboração de angústias e desconstrução de expectativas idealizadas, contribuindo para o amadurecimento subjetivo necessário à parentalidade adotiva.

Conclui-se, portanto, que a atuação de psicólogos e demais profissionais envolvidos no contexto da adoção deve ultrapassar a dimensão avaliativa, assumindo um papel formativo, reflexivo e de cuidado. O fortalecimento dos grupos de apoio e de práticas interdisciplinares pode favorecer processos de adoção mais conscientes, éticos e centrados no melhor interesse da criança e do adolescente, contribuindo para vínculos familiares mais sólidos e para a prevenção de processos de ruptura ou devolução.

Apesar das contribuições apresentadas, este estudo possui limitações que devem ser consideradas. A amostra reduzida e selecionada por conveniência restringe a possibilidade de generalização dos resultados, uma vez que contempla majoritariamente participantes com nível de escolaridade elevado e residentes em contextos urbanos. Assim, recomenda-se que pesquisas futuras incluam diferentes arranjos familiares, realidades socioculturais diversas, contribuindo para o aprofundamento das reflexões e para o aprimoramento das práticas de acompanhamento e suporte às famílias adotivas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ana Isabel dos Santos Félix; FARO, André. Motivações, dificuldades e expectativas acerca da adoção: perspectivas de futuros pais adotivos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 790-810, dez. 2017. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682017000300002. Acesso em: 15 out. 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE GRUPOS DE APOIO À ADOÇÃO. **Regimento interno da ANGAAD**. 2019. Disponível: <https://angaad.org.br/a-angaad/regimento-interno/>. Acesso em: 13 out. 2025

BORGES, Camila Aparecida Peres; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. As Adoções Necessárias no Contexto Brasileiro: características, desafios e visibilidade. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 25, n. 2, p. 307-320, jun. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712020250209>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/ttBGWcRFHm4kN3hBL4kLksn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 out. 2025.

BORTOLATTO, Mariana de Oliveira; LOOS, Victória Niebuhr; DELVAN, Josiane da Silva. Grupos de estudo e apoio à adoção e o sucesso das adoções. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 48, p. 205-233, 4 jul. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i48.8319>. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/barbaroi/article/view/8319>. Acesso em: 29 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 13563, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://bit.ly/42G1G6i>. Acesso em: 01 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 04 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm. Acesso: 01 set. 2025

CAVALCANTE, Alicia Daniele Calaça; NETO, Josberto Teixeira de Almeida; LOPES, Andressa Pereira. Psicólogo jurídico nos processos de adoção que tramitam na vara da infância e juventude. **Ciências Humanas e Sociais**, Alagoas, v. 6, n. 1, p. 93-110, abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.grupotiradentes.com/cdghumanas/article/view/8249/3964>. Acesso em: 15 out. 2025.

CECÍLIO, Mariana Silva; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Avaliação de candidatos pretendentes no processo de habilitação para adoção: Revisão da literatura. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 23, n. 3, p. 497-511, ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/yVsBV3w3TYsbx6C3DFyfMJQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 out. 2025.

CHAVES, Verônica Peterson; SILVA, Patricia Santos da; FRIZZO, Giana Bitencourt. Avaliação para habilitação à adoção. In: HUTZ, Claudio Simon *et al.* (org.). **Avaliação psicológica no contexto forense**. Porto Alegre: Artmed, 2020. cap. 11. p. 167-180.

**Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário
Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.**

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Como adotar uma criança no Brasil:** passo a passo. 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-aco-es/adocao/passo-a-passo-da-adocao/>. Acesso em: 18 set. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Painel de acompanhamento.** 2025. Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=cursel&select=clearall>. Acesso em: 12 out. 2025

COSTA, Liana Fortunato; CAMPOS, Niva Maria Vasques. A avaliação psicossocial no contexto da adoção: vivências das famílias adotantes. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília-DF, v. 19, n. 3, p. 221-230, dez. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722003000300004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/CW3myH96fRxD7qH5mpGZcNR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2025.

COSTA, Nina Rosa do Amaral; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Ribeirão Preto-SP, v. 20, n. 3, p. 425-434, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/qCNFbWZnftRdy4PmTGGYKQp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2025.

FIOROTT, Juliana Gomes; PALMA, Yáskara Arrial; ECKER, Daniel Dall'igna. Conceito de grupo-dispositivo no apoio à adoção: desnaturalizando significados instituídos. **Ciências Psicológicas**, [s.l.], v. 2, n. 13, p. 390-397, 7 out. 2019. DOI: <https://doi.org/10.22235/cp.v13i2.1895>. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-42212019000200390. Acesso em: 13 set. 2025.

MARQUES, Catiane da Silva *et al.* Expectativas acerca do filho por adoção: vilãs ou mocinhas?. **Cadernos de Comunicação**, Santa Maria, v. 29, p. 1-23, 3 jun. 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/2316882x84994>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/84994>. Acesso em: 28 out. 2025.

MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira. Processo grupal e a questão do poder em Martín-Baró. **Psicologia & Sociedade**, [s.l.], v. 15, n. 1, p. 201-217, jan. 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822003000100011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/tdPzYgzyYdHSWnMQCYg6zpt/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2025.

MARTOS, Frederico Thales de Araújo *et al.* Narrativas de adoção inter-racial: reflexões jurídicas e sociais por meio da arte. **ARACÊ**, São José dos Pinhais, v. 7, n. 3, p. 13089-13104, 18 mar. 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.56238/arev7n3-171>. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/3916>. Acesso em: 22 out. 2025.

MIRANDA, Paulo Ricardo de Araújo *et al.* Estratégias de acompanhamento psicológico da parentalidade adotiva: notas sobre experiências grupais. **Nova Perspectiva Sistêmica**, [s.l.], v. 29, n. 67, p. 85-97, 31 ago. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.38034/nps.v29i67.549>. Disponível

**Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário
Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.**

em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-78412020000200007. Acesso em: 03 set. 2025.

OLIVEIRA, Gabriel José Ribas de; BUENO, Mariza Schuster. A morosidade do processo de adoção nacional, frente a Lei n. 12.010/2009. **Academia de Direito**, [s.l.], v. 6, p. 2593-2616, 4 dez. 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.24302/acaddir.v6.5021>. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/acaddir/article/view/5021>. Acesso em: 18 out. 2025

PAIVA, Leila Dutra. **Adoção**: significados e possibilidades. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. 180 p.

PEIXOTO, Angelita da Costa *et al.* Desafios e estratégias implementadas na adoção de crianças maiores e adolescentes. **Nova Perspectiva Sistêmica**, São Paulo, v. 28, n. 63, p. 89-108, abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.21452/2594-43632019v28n63a05>. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-78412019000100007. Acesso em: 20 set. 2025.

ROSSATO, Jussara Glória; FALCKE, Denise. Devolução de crianças adotadas: uma revisão integrativa da literatura. **Revista da SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 128-139, jun. 2017. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702017000100010. Acesso em: 20 out. 2025.

SCHMITT, Fabiana Müller *et al.* Grupos de apoio à adoção: espaços para compartilhar as preocupações que envolvem o processo adotivo. **Gerais**: Revista Interinstitucional de Psicologia, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 1-18, 2022. DOI: <https://doi.org/10.36298/gerais202215e18054>. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202022000200011. Acesso em: 22 out. 2025.

SCHWOCHOW, Monique Souza; ALMEIDA, Máira Lopes; FRIZZO, Giana Bitencourt. A Criança Imaginária no Contexto de Espera pela Adoção. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 13, n. 2, p. 451-474, 18 dez. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2020.132.05>. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822020000200006. Acesso em: 15 out. 2025.

SCORSOLINI-COMIN, Fábio; AMATO, Lissandra Maria; SANTOS, Manoel Antônio dos. Grupo de apoio para casais pretendentes à adoção: a espera compartilhada do futuro. **Revista da SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 2, p. 40-50, jul. 2006. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v7n2/v7n2a07.pdf>. Acesso em: 21 out. 2025.

SEQUEIRA, Vania Conselheiro; STELLA, Claudia. Preparação para a adoção: grupo de apoio para candidatos. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 69-78, abr. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151636872014000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 set. 2025

SILVA, Patrícia Santos da *et al.* A equipe psicossocial na colocação da criança nos Processos de adoção. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s.l.], v. 37, n. 3, p. 608-623, set. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000382016>. Disponível em:

**Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário
Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.**

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/dkpztlncDNhBXKCgSxDhzvC/?lang=pt>. Acesso em: 06 set. 2025.

SILVA, Patricia Santos da *et al.* (Re)construindo vínculos: relato de experiência de um grupo de apoio à adoção. **Revista da SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 1, p. 175-190, jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.32467/issn.2175-3628v23n1a14>. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702022000100014&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 17 out. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (TJSP). **Atuação dos profissionais de serviço social e psicologia**. São Paulo: TJSP, 2022. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/Download/CoordenadoriaInfanciaJuventude/pdf/Manual.VIJ.EquipeTecnica.2022.pdf>. Acesso em 20 out. 2025

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas-SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 25 ago. 2025